

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.275 - SP (2018/0183862-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : ELMIR REGLY  
**AGRAVANTE** : RILDO DEBER REGLY  
**AGRAVANTE** : DILMA OELINA REGLY GOMES  
**ADVOGADOS** : JAIR DOMINGOS BONATTO JUNIOR - SP126721  
GERALDO AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S) -  
SP126870  
**AGRAVADO** : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT  
SA  
**ADVOGADOS** : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669  
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994  
KARINA LUCAS DE FREITAS - SP282628  
FERNANDA MASSOTE SARAIVA E OUTRO(S) - SP322155

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ELMIR REGLY, RILDO DEBER REGLY e DILMA OELINA REGLY GOMES contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido, no que tange ao art. 85, *caput*, do CPC, diante da ausência de demonstração de sua vulneração e da incidência da Súmula 7/STJ; e com relação ao dissídio jurisprudencial, que este

# *Superior Tribunal de Justiça*

não foi legalmente demonstrado e que o paradigma indicado não se afina com a hipótese dos autos e incidência da Súmula n. 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, entretanto, verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica a incidência dos óbices referidos.

Limitou-se a recorrente, nesse passo, a tecer considerações sobre o mérito do processado e a alegar, de forma genérica, que houve demonstração da violação e da divergência. Com relação aos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, a parte sustenta que (e-STJ fl. 287):

*FOI APRESENTADO RECURSO ESPECIAL DEMONSTRANDO QUE O V. ACÓRDÃO, SE PERMANECESSE NA FORMA ORIGINAL, ESTARIA OFENDENDO NORMA DE ORDEM FEDERAL, OU SEJA, ao artigo 85, caput, do Código de Processo Civil, negando vigência ao seu teor, bem como reiteradas decisões do E. Superior Tribunal de Justiça, JÁ QUE CITADA LEX É CLARA em determinar o pagamento de honorários ao advogado do vencedor, entendendo este como a parte que teve proveito econômico em razão da ação, qualquer que seja ele, DEIXANDO, ENTRETANTO, NÃO OBSTANTE A RECORRENTE TER DEMONSTRADO A VULNERAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL ACIMA MENCIONADO, BEM COMO O DISSENSO JURISPRUDENCIAL, JUNTANDO CÓPIA AUTENTICADA DO V. ACÓRDÃO DO SITE DO TRIBUNAL ESTADUAL, TRANSCREVENDO E CONFRONTANDO COM O V. ACÓRDÃO ATACADO, O E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, DE RECEBER O RECURSO ESPECIAL, CONFORME ABAIXO SE TRANSCREVE:*

Como se vê, a parte absteve-se de impugnar, de forma específica e suficiente, os fundamentos da inadmissão do recurso especial, quais sejam, a incidência da Súmula n. 284/STF e a incidência da Súmula n. 7/STJ, em virtude da não demonstração da alegada violação aos dispositivos apontados e da necessidade de se reexaminar as circunstâncias do caso concreto, além da não demonstração da divergência jurisprudencial, suficientes à manutenção do *decisum*.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não

conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

*"Art. 932. Incumbe ao relator:*

*(...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".*

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. TODOS OS FUNDAMENTOS. SÚMULA 182/STJ. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 168/STJ. NÃO CABIMENTO.*

*[...]*

*3. Tanto na vigência do CPC/73 quanto na do CPC/15, é ônus do agravante a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo, nos termos da da Súmula 182/STJ. Precedente da Corte Especial.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt nos EAREsp 931.889/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.*

*1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF).

3. Uma vez constatado o erro material na decisão atacada, é de rigor sua correção, mesmo que de ofício.

4. Agravo interno não conhecido, com correção do erro material, de ofício.

**(AgInt no AREsp 1230088/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019)**

Inviável, pois, a pretensão da agravante.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

**Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**